Carnoy, Martin. *Educação, economia e Estado (base e superestrutura, relações e mediações).* Trad. Dagmar M.L. Zibas. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984 88 p.

O presente livro de Martin Carnoy, publicado originalmente sob a forma de um longo artigo no livro de Michael W. Apple (*Cultural and economic reproduction in education*, Routledge & Kegan Paul, Boston, 1982), é o 13º volume da coleção Polêmicas do Nosso Tempo, que a Cortez Autores Associados vem publicando já há algum tempo.

Valendo-se de uma bibliografia das mais estimulantes, onde se destacam, entre outros, os trabalhos de Althusser, Perry Anderson, Baudelot e Establet, Norberto Bobbio, Bourdieu e Passeron, Bowles e Gintis, Braverman, Marx e Engels, Gramsci, Lenin, Poulantzas e James O'Connor, o livro de Martin Carnoy (prefaciado por Ladislau Dowbor) se constitui num debate com as principais tendências contemporâneas da sociologia, da política, da economia e da educação — entendendo este último campo como um sistema de ensino estruturado, com normas e valores próprios, cuja função específica, conferida pela "sociedade", seria a de preparar os cidadãos para a vida (vida "produtiva", logicamente).

Nesta resenha pretendo, através de algumas considerações contindas na Introdução (p. 13-7) e em parte do último capítulo (Uma nova interpretação) do trabalho de Carnoy, destacar uma perspectiva de análise contemporânea que tem nas classes sociais e na organização social da produção (bem como em suas contradições), um campo fértil para o estudo do fenômeno educacional.

Carnoy destaca que os pontos de vista tradicionais acerca da educação e sociedade enfatizam o papel desempenhado pela educação na "alteração das características individuais e na posição do indivíduo na estrutura econômica, social e política", sendo o foco de tais perspectivas "fixado em uma instituição (a escola) e em suas relações com o indivíduo (...) Os indivíduos, em sua coletividade, estão imersos em um contexto universal e a ciência educacional e social tenta encontrar normas e regras universais através das quais possa entender a relação entre a instituição e o indivíduo naquele contexto" (p. 13). De acordo com esse padrão de análise, os indivíduos, sempre seprados, lutam uns contra os outros em embates que são resolvidos por regulamentos e regras universalmente aceitos. "Universalmente aceitos porque são imparciais e justos: os conflitos econômicos são resolvidos pelo sistema de mercado, particularmente pelo sistema de preços e salários e os conflitos sociais e políticos são resolvidos pelo sistema legal em vigor no Estado democrático. E as mudanças em tais sistemas são atingidas através do consenso democrático, o voto" (p. 13-4). Assim, é nesse sentido que a educação (igualmente um elemento do Estado e uma expressão da tônica social) também está sujeita a *conflito;* "mas um conflito que é trabalhado no contexto da escolha individual e da democrática decisão que cada um toma a respeito do tipo e da quantidade de educação e treinamento a receber" (p. 14).

A perspectiva marxista-leninista, evidentemnte, segue outras trilhas. Ou, nas palavras do autor, "é histórica e centrada nas classes sociais". Dessa maneira, "o comportamento individual é o produto de forças históricas, enraizadas em condições materiais" (p. 14). Alterando-se (*através da lua de classes*) as condições materiais, alteram-se, igualmente, as relações entre os indivíduos nas diferentes posições sociais. E tais posições sociais estão determinadas duplamente: "pela organização social da produção e pela relação de cada pessoa com a produção" (p. 14). Na produção capitalista, os capitalistas e os altos executivos controlam e acumulam capital, estando em luta constante com a classe trabalhadora. É por isso que nessa abordagem *o conflito não se resolve através de regras universais* — tais regras têm sua base em classes sociais, servindo a interesses particulares. O sistema de mercado e o Estado, "longe de serem consensuais, são produtos da denominação de classe e da luta de classes", sendo a única solução para o conflito inerente a esse sistema de produção, a sua substituição por outro sistema, "no qual a classe trabalhadora tenha o poder político para reorganizar a produção e desenvolver um diferente modo de vida" (p. 15).

Na continuidade de sua exposição, Carnoy discute o problema da *reprodução* e de seu contrário, *a mudança social.*

1. *Do ponto de vista liberal (pluralismo),* a *reprodução* ocorre "através da seleção dos líderes, os quais, de alguma forma, refletem as necessidades e desejos do eleitorado...". Segundo essa perspectiva, a democracia representativa é aceitável para a grande maioria dos cidadãos. A mudança, por sua vez, ocorreria "através da competição entre os grupos de elite que têm interpretações diferentes sobre como alcançar o maior bem dentro de objetivos geralmente aceitos" (p. 16 — Carnoy se baseia, nessas considerações, no texto de Edward Greenberg. *The American political system.* New York, Winthrop, 1977).

2. *Na abordagem marxista,* por outro lado, este "consenso" sobre a estrutura da sociedade (pregada pelo ponto de vista liberal) não existe — embora o modo de produção capitalista prevaleça na maioria dos países. As teorias marxistas clássicas argumentam que "o Estado capitalista é o aparelho repressivo da burguesia, que mantém os trabalhadores em suas posições através de um sistema jurídico e do exército-polícia" (p. 16). Análises marxistas mais recentes, entretanto, dão grande ênfase à superestrutura no processo de produção. "É neste ponto que a *escolarização é considerada, porque é nesse processo que a reprodução se reveste de sua forma organizada: as crianças, desde tenra idade, freqüentam a escola e são-lhes sistematicamente inculcadas as habilidades, os valores e a ideologia que se adaptam ao tipo de desenvolvimento econômico adequado à continuação do controle capitalista. Argumenta-se que, através da escola e de outras instituições superestruturais, a classe capitalista reproduz as forças de produção (mão-de-obra, divisão do trabalho e divisão do conhecimento) e as relações de produção* — estas últimas predominantemente através

da manutenão e do desenvolvimento de uma ideologia 'legítima' e de um conjunto de padrões de comportamentos (cultura)" (p. 16-7; grifos meus).

Carnoy conclui sua Introdução falando que a reprodução, no interesse de uma classe social particular, automaticamente implica a existência de antagonismo de classe e de potencial para a luta de classe. "É essa nóção de luta de classe, inerente a todos os aspectos do desenvolvimento capitalista e das instituições capitalistas, estrutura e superestrutura, que forma a base de uma teoria marxista de mudança social". E conclui: A necessidade capitalista de organizar instituições para a reprodução significa que há *resistêcia* (grifo do autor) ao conceito capitalista de desenvolvimento e ao necessário controle capitalista desse desenvolvimento. Outra vez, uma análise marxista da escolarização neste contexto de transformação é fundamentada nesta permanente luta de classe" (p. 17).

No capítulo final do livro (Uma nova interpretação), Carnoy procura, à luz das contribuições de Poulantzas — o conceito de luta de classes deslocado da base para a superestrutura e a relação entre conflito de classe e as contradições criadas na superestrutura e a luta sempre presente na base —, discutir as contradições que surgem da luta de classe na base. Essas contradições são inerentes: "sob o capitalismo, o retorno ao capital deve provir do trabalho e este não possui capital *nem controla seu investimento e alocação* (...). A luta na base faz surgir tentativas capitalistas de 'mediação' dessa luta. Uma das formas de tal mediação se dá através do sistema de educação pública..." (p. 69; grifos do original).

No entanto, há duas contradições específicas à função de mediação da escola, de acordo com o autor, quais sejam:

1. A cada dia que passa, trabalhadores mais jovens e com alto nível de escolarização vão substituindo os trabalhadores mais velhos e menos escolarizados. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos assalariados exige mais escolarização para seus filhos, porque acreditam que maior nível de educação significa maiores oportunidades econômicas (p. 77-8). "Tudo isso tem servido para o aumento rápido do nível médio de escolarização da força de trabalho dos países industriais avançados (e também daqueles de baixa renda). A contradição emerge desse rápido crescimento da 'supereducação' dos trabalhadores para os tipos de trabalho disponíveis para a grande maioria. Nos EUA, por exemplo, escolarização média relativa aos requisitos para emprego aumentou rapidamente entre 1965 e 1975 (...). O maior crescimento ocoreu para os trabalhos de nível inferior" (p. 78). Nesse sentido, "o treinamento e a socialização fornecidos pela escola em cada nível pareceu adequar-se relativamente bem às exigências eventuais do trabalho em nível ocupacional apropriado" (P. 78). Nos últimos anos, a taxa de crescimento econômico diminuiu, ao mesmo tempo em que muitas pessoas que ingressaram no mercado de trabalho já obtiveram alguma educação a nível universitário (p. 78-9). "A redução da taxa de expansão econômica e a maturação da estrutura da economia resultaram na incapacidade da economia em absorver o aumento do número de pessoas com educação universitária (...). Assim, parece que jovens com diploma universitário serão obrigados, cada vez mais, a aceitar trabalhos que tradicionalmente eram exercidos por pessoas com recursos educacionais bem mais baixos" (p. 79). Entretanto, como a educação representa uma das poucas esperanças de mobilidade social de geração a geração para a maioria das famílias e indivíduos, "o sistema educacional continuará a dar vazão a um contingente cada vez maior de pessoas educadas, a despeito da inabilidade da economia em absorvê-las" (p. 80). Além disso, muitos dos empregos existentes estão sendo transformados pela tecnologia e pelo investimento de capital em um conjunto de tarefas cada vez mais rotineiras. Estudos recentes sobre a automação sugerem (ver, por exemplo, Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*) que "habilidades e julgamentos críticos, sempre associados com trabalhos especiais, estão sendo eliminados pelo maior uso de tecnologia e capital. Mesmo muitas profissões tradicionais têm-se tornado crescentemente proletarizadas à medida que a expansão das oportunidades profissionais se deslocou do auto-emprego para emprego em corporações ou junto a órgãos governamentais. Sob esta última forma de organização, uma função muito mais rotineira e especializada é dada ao profissional, que não mais escolhe seus clientes, suas práticas, métodos e períodos de trabalho" (p. 80-1).

As perspectivas a longo prazo para as pessoas de alta escolarização não são boas, pois tudo indica que as condições de trabalho continuarão a se deteriorar. A partir daí, pessoas jovens e escolarizadas acabarão sendo alocadas em empregos em que suas qualificações e expectativas excederão aquelas associadas aos trabalhos disponíveis. "Uma vez que a maior parte dos empregos não possuirá as características intrínsecas que poderiam manter tais pessoas envolvidas em suas atividades, a natureza inadequada das recompensas intrínsecas operarão de modo a tornar cada vez mais difícil a integração dessas pessoas à força de trabalho. Isto é, *a falta de oportunidades de promoção e os limitados ganhos de salário em conjunto com a natureza relativamente rotineira da maior parte dos empregos tenderão a criar uma força de trabalho relativamente instável*" (p. 81; grifos meus). Ou seja, o pedido de demissão ou o impacto da dispensa não representa mais uma poderosa sanção que leve ao conformismo (p. 81).

2. A segunda contradição especifica à função de mediação que a *escola* exerce deriva do fato segundo o qual ela — "como parte importante do aparelho ideológico do Estado — deve inculcar nos jovens a convicção de que vivem em uma democracia política e de que o sistema econômico é justo" (p. 81). Entretanto, a escola mesma difunde aos alunos que a democracia é uma abstração, "de tal maneira que esses jovens passam a aceitar a natureza abstrata da democracia em suas vidas diárias e na pós-escola (...). É esse *simbolismo* (grifos do original) da democracia precisamente que a burguesia luta para promover. Por outro lado, mesmo o simbolismo cria perigo para a hegemonia burguesa, tanto para a reprodução das relações de produção como para o Estado. A inculca-

ção dos ideais democráticos nos estudantes (...) promove uma ideologia dos direitos humanos e individuais. *Essa ideologia de massa pode ser e é dirigida contra os grandes negócios do governo; pode e é dirigida contra um Estado que é abertamente repressivo e que tenta guerras externas em nome da proteção das opções imperiais do país; pode e é dirigida contra as hierarquias opressivas das empresas* (p. 82; grifos meus — evidentemente, boa parte dessa argumentação, em especial quando Carnoy fala das "opções imperiais do país", refere-se aos países capitalistas desenvolvidos).

Mas em adição a essas duas contradições principais, há uma terceira, qual seja, "*a necessidade de se legitimar a escola como reprodutora de força de trabalho* (esse é o ponto levantado por Bourdieu e Passeron — em *A reprodução*)" (p. 82; grifos meus). E Carnoy acrescenta algo da mais extrema importância, um poderoso antídoto contra as interpretações marxistas apressadas, ao afirmar: "Essa exigência de legitimidade dá a escola uma autonomia formal com respeito à base e aos aparelhos hegemônicos particulares, e a autonomia (em teoria) *permite que professores, administradores e estudantes sigam estratégicas educacionais independentes que não são compatíveis com as funções mediadoras requeridas para aliviar as contradições de base. Além disso, o próprio fato de se manter junto um grande número de jovens em uma mesma instituição promove o desenvolvimento de uma cultura jovem que pode ser incompatível com a reprodução social*" (p. 82; grifos nosso).

Carnoy comenta que a importância dessas contradições como interferências no processo reprodutivo ainda não está de todo clara. Sabe-se apenas que os trabalhadores com maior escolarização do que aquela requerida para o desempenho de seu trabalho, têm menor probabilidade de estar satisfeitos em seus empregos, tendendo a ser menos produtivos. Além disso, podem criar ameaças à produtividade de diversas formas, tais como: absenteísmo, rotatividade, greves não-autorizadas pelos sindicatos, alcoolismo, uso de drogas e deterioração da qualidade do produto, etc. (p. 83).

Creio que já posso parar por aqui. Queria apenas lembrar que várias das considerações realizadas por Martin Carnoy — apesar de divergirem em uma série de aspectos — fizeram-me lembrar do livro de Cláudio Salm, *Escola e trabalho* (São Paulo, Brasiliense, 1980), principalmente aquelas em que Salm procura relativizar o papel da *escola* na reprodução das relações de produção capitalistas de uma dada sociedade. Para terminar, acrescentaria que a escola pouco ou quase nada nos ensina sobre a vida, sobre a realidade, sobre o "mundo do trabalhao", pois a defasagem entre o que se ensina e o que se vive é abissal. Não é por outra razão que o escritor Heinrich Boll (1917-85), nascido e morto em Colônia (Alemanha Federal), Prêmio Nobel de Lieratura em 1972, afirmou: "Talvez não seja na escola, mas no nosso caminho para a escola, que aprendemos as lições da vida" (*O que vai ser desse rapaz?* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985. p. 17).

Afrânio Mendes Catani

Bresser Pereira, Luiz Carlos. *Pactos políticos do populismo à redemocratização.* São Paulo, Brasiliense, 1985. 222 p.

O livro *Pactos políticos do populismo à redemocratização*, do Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, é um trabalho muito oportuno que versa sobre questões políticas brasileiras, desde 1930 a 1985. O eixo central das análises do autor gira em torno dos pactos políticos, que, há muito, fazem parte da vida de nosso País. Para tecer considerações sobre o tema, o ensaista define, claramente, o que entende por pacto político e pacto social. Aliás, definir o que está sendo analisado é fundamental na ciência política, pois há muita confusão neste campo, no que tange, principalmente, aos conceitos emitidos, levando o leitor, muitas vezes, a uma visão equivocada a respeito do próprio estudo. Já neste ensaio tal problema não existe, pois o autor toma o devido cuidado de explicar, com muita clareza, o sentido dos conceitos por ele utilizados.

Para Bresser Pereira, pactos políticos são alianças de classes ou de frações de classes que se formam para o exercício efetivo do poder político. Assim, tais pactos organizam as classes e as frações de classes em torno de partidos ou alianças de partidos, em função do exercício do poder. Quanto aos pactos sociais são entendidos como um tipo de acordo entre os trabalhadores e a burguesia, visando à manutenção da ordem social e econômica. Embora estes arranjos estejam interligados, o autor aborda mais os pactos políticos do que os pactos sociais.

Evidentemente que, para analisar os pactos políticos, faz-se necessário situar as diversas classes sociais que integram a sociedade. Porém, a nosso ver, os conceitos clássicos da ciência política, no que concerne à estratificação social, não estão mais adequados a explicar, de forma convincente, as distints classes sociais que fazem parte das atuais sociedades industriais urbanas. Hoje, vivemos em sistemas muito mais complexos do que os das sociedades do século XIX. Há a presença de uma